

REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: MOVIMENTOS SOCIAIS.

Luciana Maria Alves
Profa. Esp. da Rede Municipal de Ensino de Francisco Dantas – RN,
lm.alves2010@bol.com.br

Geralda Maria de Bem
Profa. Ma. da Rede Municipal de Ensino de Pau dos Ferros – RN,
Membro do Grupo de pesquisa Núcleo de Estudos de Geografia Agrária e Regional -
NUGAR-UERN, geraldabem@hotmail.com

Resumo: Este estudo, trata da educação do campo e do surgimento dos movimentos sociais como modelo de desenvolvimento para sociedade brasileira em relação ao campo. Tem como objetivo discutir as políticas de educação do campo e os movimentos sociais. O texto é um recorte da monografia intitulada: Multiculturalismo e escola do campo: prática docente classes multisseriadas. Tivemos como abordagem metodológica, pesquisa bibliográfica com foco nas obras de autores que discutem a temática em estudo, Arroyo, Caldart, Molina (2004), Azevedo (2006), Rocha (2010), além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, 9394/96, entre outros. Sabemos, ainda, que a política de educação do campo, está inserida em diversas modalidades como o sujeito e os movimentos sociais, a luta por direitos ao trabalho, moradia, e educação. Portanto, este estudo nos possibilitou uma reflexão acerca das políticas que norteiam a educação do campo, no que diz respeito aos sujeitos e os movimentos sociais, a luta por direitos ao trabalho, moradia, educação entre outros aspectos que fazem parte da dinâmica dos povos que vivem no campo.

Palavras-chave: Política de educação do campo; movimentos sociais; educação.

INTRODUÇÃO

A educação do campo surgiu dos movimentos sociais como modelo de desenvolvimento para sociedade brasileira em relação ao campo. Esse debate norteou a construção de um projeto de nação popular e revolucionário, diante da precarização e condições de vida dos diferentes sujeitos presente no espaço rural, como os sujeitos do campo.

O texto em estudo faz parte do segundo capítulo da monografia intitulada: Multiculturalismo e escola do campo: prática docente classes multisseriadas, do Curso de Especialização em Educação e Linguagem para a Multiculturalidade do Departamento de Educação, do Campus Avançado Prof.^a Maria Elisa de Albuquerque Maia, (CAMEAM/UERN), tem como objetivo discutir a política de educação do campo e os movimentos sociais. Tivemos como abordagem metodológica, pesquisa bibliográfica com foco nas obras de autores que discutem a temática em estudo, Arroyo, Caldart, Molina (2004),

Azevedo (2006), Rocha (2010), além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, 9394/96, entre outros.

Acredita-se que as políticas de educação do campo são desconhecidas e a educação do campo serve de exemplo dos movimentos sociais e hoje continua. Foi onde surgiu as classes multisseriadas reivindicando diminuir o número de analfabetismo, no meio rural. Sob esta perspectiva, relacionamos uma extensa variedade incluindo o funcionamento precário das escolas, o modo de vida social, a migração campo-cidade.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: na primeira parte, elucidamos sobre educação do campo: contexto, definição e natureza; a segunda seção, apresentamos reflexões sobre os sujeitos do campo; na terceira seção, abordamos sobre a multisseriação nas escolas do campo; e por fim, nossas considerações finais.

METODOLOGIA

No que diz respeito a metodologia, utilizamos como instrumento de investigação, a pesquisa bibliográfica dos autores que discutem a temática abordada, ampliando nossos conhecimentos acerca das políticas que norteiam a Educação do Campo

EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONTEXTO, DEFINIÇÃO E NATUREZA.

A educação do campo é tratada como uma política secundária. A política de educação do campo é pouco explorada, pelos próprios dirigentes. No âmbito acadêmico, observa-se a mesma tendência, ou seja, há poucas análises em dissertação ou tese, que são analisadas sob uma abordagem da educação do campo.

A educação do campo surgiu dos movimentos sociais como modelo de desenvolvimento para sociedade brasileira em relação ao campo. Esse debate norteou a construção de um projeto de nação popular e revolucionário, diante da precarização e condições de vida dos diferentes sujeitos presente no espaço rural, como os sujeitos do campo.

Na prática, vive-se uma escassez de dados e análises sobre a educação do campo, o que identifica o tipo de tratamento, tanto pelos órgãos governamentais, quanto aos estudiosos. Dentre os vários desafios na realidade do campo, está o analfabetismo, que de acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, o índice chega a 19,1% de analfabetos.

Em outubro de 2003 foram divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) dados sobre a realidade da educação brasileira do campo, demonstrando

as desigualdades da população que vive no espaço rural, tanto no que diz respeito à infraestrutura, quanto à qualidade na educação.

Segundo o INEP (2010) entre os habitantes da zona rural, 28,7% dos adultos podiam ser classificados como analfabetos, ao passo que no setor urbano esse número caía para 10,2%, num total de 15 milhões de brasileiros adultos que não sabem ler e escrever. No campo, apenas 96,9% dos alunos de 10 a 14 anos estavam matriculados nas séries adequadas a sua idade, índice que chegava a 47% na cidade, o que serve de indicativo para a disparidade da oferta do ensino no meio rural.

Outro dado aponta o tempo de permanência na escola, pois enquanto o morador da zona rural na faixa dos 15 anos ou mais, apresenta a média de 3,4 anos, no meio urbano esse índice sobe para 7,0 anos. Há diferenças, portanto, diferenças entre a educação dos filhos dos trabalhadores rurais e dos filhos de trabalhadores urbanos, considerando ainda, o fato que as escolas rurais funcionam em situações precárias.

Assim, o fraco desempenho escolar na educação básica contribui para o aumento da evasão, o que colabora para o analfabetismo. Pode-se dizer que o desempenho escolar é resultado, dentre outros fatores, da qualidade da oferta. Diante da precariedade do capital sociocultural, decorrente do desamparo histórico, a população do campo vem sendo submetida aos altos índices de analfabetismo, a oferta de um ensino de qualidade que se transforma numa das ações prioritárias para a valorização dessa população. Mas, a educação isoladamente não pode resolver os problemas do campo e da sociedade e do desenvolvimento.

A situação da educação básica na zona rural, também pode ser analisada a partir da taxa de distorção idade-série, que indica o rumo do nível de desempenho escolar e da capacidade do sistema educacional. Neste caso, a educação rural, apesar de programas e projetos desenvolvidos, sempre representou uma fatia pequena e marginal nas preocupações do setor público. Nota-se também o desenvolvimento desigual do capitalismo no seio da formação social nacional, criando novos polos de desenvolvimento de certas regiões, suscitando intervenção em regiões mais pobres.

Tradicionalmente, as ações educativas nas áreas rurais do Brasil partiram da falsa noção chamada “atraso rural”. O atraso rural se referia à agricultura de tipo pré-capitalista predominante na década de 1920. Trata-se de uma concepção etnocêntrica, parte dos valores da pessoa que julga. Não é uma etapa a ser superada (concepção não linear da evolução), mas é fruto de relações sociais específicas. Sem uma modificação dessas relações o atraso rural não poderá ser superado. Relacionando a educação, esta não tem o poder de mudar as estruturas agrárias. É necessário desadaptar o agricultor tradicional, desenraizá-lo, sem lhe assegurar a

colocação no setor moderno da agricultura. Na verdade, a educação ao desagregar as populações rurais transforma-se na invasão capitalista no campo.

E, nesse caso, a educação rural é historicamente associada a uma educação precária, atrasada, com pouca qualidade e poucos recursos. O espaço rural é visto como inferior e arcaico. Contrariamente, entendemos o rural enquanto perímetro não urbano é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (SANTOS, 2012).

O problema da educação no Brasil não se apresenta somente no meio rural, mas é aqui, que se torna mais grave. A situação torna-se crítica à medida que o campo político educacional compensatório e assistencialista vem sendo desqualificado como espaço de prioridade das políticas públicas (SANTOS, 2012).

De um modo geral, a educação do campo foi se condicionando a planos inferiores, e ao longo das décadas, a organização escolar do campo condicionou-se a um modelo unidocente diante do projeto de mudanças. Na I Conferência Nacional por uma Educação do Campo (1998), a Articulação Nacional por Uma Educação do Campo sugeriu que o termo educação rural fosse substituída por Educação do Campo, tendo em vista, que esta não daria amplitude à diversidade do campo no Brasil.

A educação rural carrega em seu bojo, a identidade do espaço do campo, como lugar de produção de mercadorias e não um espaço de vida, ao contrário da educação do campo que tenta romper com essa visão e defende que a permanência do sujeito no campo é uma escolha e, não um determinante das condições sociais desiguais e excludentes da vida social (SANTOS, 2012).

O antiagronegócio é outro componente fortemente interligado a educação do campo. Esse modo de produção interfere nos sistemas produtivos do campo. As experiências vivenciadas têm atrapalhado os agronegócios, a saída das pessoas do campo, o desemprego, entre outros danos causados aos sujeitos do campo. Entende-se por sujeitos do campo, os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos entre outros que trabalham e produzem no campo (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004).

O MEC e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com movimentos sociais, outros Ministérios, Universidades e diversas entidades, têm contribuído de forma tímida, em diversas fontes de ações, sendo preciso que as prefeituras e estados se

manifestem e busquem parcerias e recursos para se engajarem nessa demanda, trazendo recursos para a educação do campo e ou comunidades rurais.

Eis algumas dessas ações contempladas às escolas rurais:

- . Programa Saberes da Terra: tem como objetivo elevar a escolaridade de jovens e adultos agricultores familiares, proporcionando certificação correspondente ao ensino fundamental, integrada a qualificação social e profissional.
- . Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação do Campo: tem como objetivo, estabelecer uma política nacional de formação permanente e específica dos profissionais da Educação do campo, que atenda as demandas e as necessidades dos alunos e educadores. Foi criada a lei da licenciatura em Educação do campo.
- . Fórum Permanente de Pesquisa em Educação do campo: tem como objetivo promover pesquisas acerca da educação do campo.
- . Apoio à educação do campo: é realizado por meio de transferência voluntária de recursos, projetos de capacitação profissional que atendam as demandas específicas e diferenciadas das populações camponesas, tais como: ribeirinhas, agricultores familiares entre os demais.
- . Licenciatura em Educação do campo tem como objetivo, promover a formação de educadores da educação básica, que atenda a população que trabalham e vivem no campo, através das Universidades Públicas dos cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo.

Como se vê esses esforços juntos vêm somando experiências bem sucedidas e não se pode mais conceder nos dias de hoje municípios brasileiros a quem dessas redes, ações e articulações que visam melhorar a educação nos espaços camponeses. É necessário não só prefeituras e estados, mas também a união esteja aberta ao debate e mantenham em suas equipes pessoas com sensibilidade e tipo de experiência no contexto da educação do campo, diante das propostas.

Em referência a esse tema, os estudos de Fernandes e Molina (2004, apud AZEVEDO, 2006), na história da educação brasileira, o conceito de educação rural, esteve associado a uma educação precária, atrasada, arcaica e com pouca qualidade e poucos recursos para o funcionamento. O modo de vida social e de utilização do espaço do campo, como fundamental na diversidade da identidade da população rural e de sua inserção cidadã, na sociedade brasileira, foi expresso na Resolução CNB/CEB 01, de 3 de abril de 2002, que Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, a serem observadas nos projetos das instituições que integram os diversos sistemas de ensino.

O primeiro desafio das Diretrizes foi perceber qual educação está sendo oferecida no meio rural e que concepção de educação está presente nesta oferta. Diante das propostas a

educação do campo precisa ser específica e diferenciada. Uma educação ampla, que constrói referência cultural e política para a intervenção na realidade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação do Campo, é assegurado às pessoas do meio rural, acesso à educação de qualidade, voltada aos interesses da vida no campo, desenvolvendo um papel importante no que diz respeito à educação. Nas Diretrizes é utilizada a expressão campo, e não mais meio rural, cujo objetivo é incluir o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais, dos grupos que garantem a sobrevivência do trabalho. A educação que se volta ao campo está intrinsecamente relacionada à vida e ao trabalho no meio rural. De acordo as Diretrizes, em cumprimento ao que estabelece os artigos 23, 26, e 28 da Lei 9.394, de 1996, contempla a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos de gênero, geração e etnia. Reforça o direito a todos os sujeitos do campo, regido de convivência, trabalho e moradia no campo.

A política de educação do campo é destinada a ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, que será desenvolvida pela união um regime de colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, em conformidade ao que está posto nas diretrizes e metas estabelecidas, na proposta do Plano Nacional de Educação (2011/2020) e o disposto neste decreto.

A chamada educação do campo indica desafios da construção que pretendemos desencadeá-los. A proposta do direito a educação básica no campo não foi satisfeita, nem delineada de modo parcial e fragmentada. As experiências que assumem a identidade da educação básica no meio rural baseiam-se em um projeto de desenvolvimento do campo, sem perder de vista concepções e métodos pedagógicos. Na verdade, a educação do campo é pensada a partir da tríade “campo-política-educação”, como enfatiza Caldart; Paludo e Doll (2006).

Nos documentos oficiais, como as Diretrizes (CNE/RESOLUÇÃO Nº 1, DE 3 de ABRIL DE 2002), Lei 10.532/2010 a Resolução nº 2 (de 28 de abril de 2008), a Educação do Campo: Marcos Normativos e as Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo: Cadernos de Subsídios, estão inseridos todos os direitos da educação do campo no Brasil, embora a população rural apareça como dados. Quase sempre, apenas quantidades inseridas como pessoas desestruturadas, pobres, negras e analfabetas, como referências pejorativas. Essa diferenciação entre o rural e o urbano sempre existiu. Diante desta compreensão precisamos reverter essa lógica trabalhando com a identidade da inclusão social.

Sabemos que a migração campo-cidade combinada à hegemonia como modelo de vida urbano, tem significado histórico, e que o campesinato estaria em processo de extinção. Para reverter essa situação, postula-se que a única possibilidade de sobrevivência do camponês seria

a integração entre a agroindústria patronal e sua subordinação ao mercado dominado pela agricultura capitalista. Dentro desta lógica, a agricultura familiar camponesa, seria destinada a subsistência e ao mercado local e abandonada pelas políticas públicas.

Um grande desafio na proposta de desenvolvimento da escola do campo é a superação da dicotomia rural-urbano, como elementos positivos das contradições em curso, em que resguarde a identidade cultural, produzida ao longo de sua vida. O campo hoje não é sinônimo de agricultura e a agropecuária, a indústria chega ao campo e aumenta as ocupações não agrícolas. Há traços culturais do mundo urbano que são incorporados na vida rural. Há traços do camponês que voltam a ser respeitados diante do resgate dos valores humanos pela urbanização que caracteriza o processo de desenvolvimento. Neste sentido, uma escola do campo está vinculada a cultura desenvolvida e produzida através das relações sociais mediadas pelo trabalho, pela terra (SANTOS, 2012).

Em se tratando da escola, estas funcionam de forma precária e enfrenta grandes dificuldades como: falta de infraestrutura necessária e de professores sem identidade camponesa, currículo inadequado e calendário escolar alheio à realidade do campo. O desafio está em instituir um sistema educativo no campo construído como um sistema de afirmação e correção das desigualdades enfrentadas no campo, que por sua vez, dinamize a escola, através dos movimentos do campo, reivindicando direitos. Direitos a terra, a vida, a cultura, identidade, alimentação, moradia, educação e à água na região do semiárido.

Assim, é preciso pensar numa educação que atenda às necessidades dos sujeitos, não construídos para eles, mas com eles, não como um projeto de educação para o campo, mas um projeto de campo.

Quem são os sujeitos do campo

A natureza das relações de produção no campo desemboca às vezes com surpresa perceptível, em descrições microscópicas e deleitadas da casa, do quintal e do roçado. Questões antropológicas como padrões de casamento, herança, família e parentescos surgiram em cena revalorizadas pelos debates sobre os destinos dos sujeitos do campo. Contudo, a politização das relações domésticas tem atingido menos as discussões sobre a família rural.

A educação no meio rural não se constituiu, historicamente, em um espaço prioritário para uma ação planejada e institucionalizada do estado brasileiro. Isso privou a população do campo, em especial, a classe trabalhadora, de ter acesso às políticas e serviços públicos em geral. Esse fato contribuiu para o acelerado processo de êxodo rural, registrado a partir da década de 1950. O êxodo rural foi resultado de dois fenômenos: expulsão e atração. A expulsão,

no caso brasileiro, aconteceu decorrente da modernização do campo, que privilegiou os grandes latifundiários, não incluindo o agricultor familiar. E a atração que as cidades exerceram no processo de industrialização era, não raro, uma visão idílica, que não correspondia com a realidade dos trabalhadores do campo.

Tendo em vista ser cada vez mais difícil delimitar fronteiras entre a cidade e o campo, o meio rural tenta reduzir o seu isolamento procurando expressar formas diferentes de relações sociais em contextos de heterogeneidade social (SARACENO, 1996 apud SANTOS, 2012). Os sujeitos que vivem e ou trabalham no campo pertencem a diferentes grupos sociais, formado por trabalhadores rurais, comumente de baixa renda. Geralmente, são relacionados apenas na produção de alimentos para o sustento da família. Observam-se diferentes grupos que vivem no campo, entre os quais, estão:

- a) Posseiros: agricultor pobre que ocupa terras abandonadas; pode valer-se da usucapião para reclamar a posse definitiva das terras após ocupá-la por certo tempo de cinco a quinze dias, dependendo da lei.
- b) Meeiro: trabalhador desprovido de terras, que oferece sua mão de obra e equipamentos em troca da metade da produção, conforme acordo firmado com o proprietário da terra a ser trabalhado.
- c) Grileiro: pessoa que arregimenta trabalhadores rurais para fazendas longínquas.
- d) Boia-fria, camaradas, peões: dependendo da região, os nomes são dados a essas pessoas, mas o trabalho é o mesmo ou parecido.
- e) Assentados- pessoas que moram no assentamento (Movimento Sem Terra).

Os trabalhadores do campo dedicam a maior parte do tempo ao trabalho rural e suas condições de vida, muitas vezes, estão a aquém do urbano. Na atualidade, existem muitas áreas rurais do país, onde a população em idade avançada enfrenta graves problemas de sucessão nas propriedades, pois parte da população jovem que prefere se submeter ao desemprego ou o recebimento de baixo salário nas cidades, a permanecer na zona rural. Essa desvalorização social do agricultor de baixa renda é gerada pelas atividades agropecuárias e do isolamento e dificuldades de acesso aos serviços públicos, inclusive de educação e saúde pela população do campo.

Antes, a vida no meio rural era muito difícil, pois com a falta de tecnologia, o trabalhador rural tinha como opção fazer todo o serviço a partir da força braçal ou animal. Diante de tanta dificuldade, as pessoas abandonaram as áreas rurais e foram para a cidade à procura de trabalho menos duro fisicamente, com remuneração mais elevada e regular e, conseqüentemente, de melhores oportunidades para os filhos. Ir para a cidade era então visto como uma acessão social,

qualquer que fosse a vida das pessoas que lá habitavam. As novidades tecnológicas aproximaram o campo e a cidade, seja através da internet e ou aparelho celular, assim alguns são beneficiados com essa nova mídia, apesar de que alguns produtores rurais não terem acesso a esses meios de comunicação.

A multisseriação nas escolas do campo

Não se pode pensar na escola do campo desvinculando-a das classes multisseriadas. Trata-se de classes organizadas para agregar alunos de diferentes idades e séries/anos em uma mesma sala de aula, com apenas um professor. As classes multisseriadas surgiram no Brasil após a expulsão dos jesuítas em 1759. Seu início se deu através da convivência com os professores ambulantes nas fazendas, pequenas vilas e lugarejos pouco habitados, que faziam seu trabalho ensinando as primeiras letras. Com o passar do tempo às classes multisseriadas foram oficializadas pelo governo imperial de acordo com a Lei Geral de Ensino de 1827. No primeiro artigo dessa lei determinava que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haveria escolas nessas comunidades (ATTA, 2003; apud ROCHA, 2010).

Vale lembrar que as classes multisseriadas foram se popularizando ou reconhecidas a partir da década de 1920, após a Proclamação da República. Estudava-se nessas escolas pessoas de diferentes idades e níveis de aprendizagem. Na terceira década do século XIX o método de ensino era chamado de “Ensino Mútuo” ou Monitorial, patrocinado pelo estado. Nas cidades, os Grupos Escolares, foram organizados de forma seriada, envolvendo a mesma idade mesmo nível e sexo. Nas escolas da zona rural, continuaram funcionando de forma isolada, as classes multisseriadas para atender as desigualdades existentes nas comunidades.

Só a partir da década de 1980, que os municípios por meio da Constituição Federal de 1988 foram responsabilizados pela educação, especificamente, a educação infantil e o ensino fundamental. Na década de 1990 a estruturação da responsabilidade da educação pelo município se aprofunda a partir da LDB nº 9.394/96 e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF). A educação ganha aspectos de municipalização, exigindo ações mais diretas para atender demandas de ampliação das escolas, o desenvolvimento das políticas públicas e, claro, controle dos trabalhos pedagógicos das classes multisseriadas.

Muitas das escolas multisseriadas funcionam em situações precárias, sejam em prédios que necessitam de reformas, em residências desocupadas por famílias, centros comunitários ou na própria residência do professor, entre outros. Muitos desses prédios não constam banheiros, cozinha e biblioteca. Nas escolas multisseriadas o professor procura desenvolver suas tarefas

para alfabetizar o aluno, e demonstrar sua capacidade de educadora ao assumir vários cargos diante das dificuldades em desenvolver o trabalho e evitar a evasão e repetência. Dessa forma, as classes multisseriadas necessitam de uma atenção especial que leve em consideração o reconhecimento e valorização do meio rural.

As classes multisseriadas no país a ser considerado um espaço de maior atenção não significa que os problemas estejam resolvidos. Faz necessária a ampliação do debate para melhorar as situações precárias existentes nas classes multisseriadas. É motivo de grande preocupação quando é identificado o grande número de sujeitos que ensinam, estudam, investigam ou demandam a educação do campo e na cidade, se referir as escolas rurais multisseriadas como um grande problema no ensino aprendizagem, ou por falta de opção que a oferta da escolarização oferece.

Consideramos, ainda o caso de alunos que moram no campo e são levados para estudar em escolas rurais nos transporte escolar. Esse fenômeno crescente e representa a política de nucleação das escolas existentes no meio rural que, em sua maioria, reúne várias escolas do campo em uma só, desativando as demais (SANTOS, 2012).

As escolas do campo mais do que multisseriadas, elas são multi-idades, pois os educandos apresentam diferentes idades, múltiplas temporalidades, éticas, cognitivas, culturais e identitárias. É com diversidade de temporalidade que trabalha a escola do campo. A escola do campo é onde se faz viva a classe multisseriada, oferecendo o conhecimento das primeiras letras.

Numa sala multiseriada o professor tem que lidar com diferentes idades, isso porque a educação para as escolas do campo é pensada como um “pacote educacional urbano”. Em virtude deste sistema de educação do campo se firma no entrelace da organização dos povos do campo, a escola não pode ter lógica temporal contrária à lógica do tempo de vida da produção camponesa onde ela está inserida.

Tentando melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas, o Programa Escola Ativa (PEA), emergiu no Brasil em 1997, como uma estratégia metodológica voltada para a gestão de classes multisseriadas, com propostas e instrumentos de caráter pedagógico/administrativo, em que objetivou melhorar a qualidade do ensino no campo.

CONCLUSÃO

Sabemos, que a Educação do Campo surgiu dos movimentos sociais como modelo de desenvolvimento para sociedade brasileira em relação ao campo. Esse debate norteou a

construção de um projeto de nação popular e revolucionário, diante da precarização e condições de vida dos diferentes sujeitos presente no espaço rural, como os sujeitos do campo.

A chamada Educação do Campo indica desafios da construção que pretendemos desencadear. A proposta do direito a educação básica no campo não foi satisfeita, nem delineada de modo parcial e fragmentada. As experiências que assumem a identidade da educação básica no meio rural baseiam-se em um projeto de desenvolvimento do campo, sem perder de vista concepções e métodos pedagógicos. Um grande desafio na proposta de desenvolvimento da escola do campo é a superação da dicotomia rural-urbano, o campo hoje não é sinônimo de agricultura a agropecuária, a indústria chega ao campo e aumenta as ocupações não agrícolas. Há traços culturais do mundo urbano que são incorporados na vida rural.

Dessa forma, percebemos que há traços do camponês que voltam a ser respeitados diante do resgate dos valores humanos pela urbanização, que caracteriza o processo de desenvolvimento. Neste sentido, uma escola do campo está vinculada a cultura desenvolvida e produzida através das relações sociais mediadas pelo trabalho e pela terra.

Portanto, este estudo nos oportunizou, uma reflexão acerca das políticas que norteiam a educação do campo, no que diz respeito aos sujeitos e os movimentos sociais, a luta por direitos ao trabalho, moradia, educação entre outros aspectos que fazem parte da dinâmica dos povos que vivem no campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzales. CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (orgs), **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2004.

AZEVEDO, Márcio Adriano de. **Políticas de Educação do Campo: concepções, processos e desafios**. Dissertação (Mestrado em Educação) -Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do Campo: Marcos Normativos**. Brasília, 2012.

CALDART, Roseli Salete. PALUDO Conceição; DOLL Johannes (org.) **Como se Formam os Sujeitos do Campo?** Idosos, Adultos, Jovens, Crianças e Educadores. Brasília – DF: PRONERA; NEDA, 2006.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

CNE/CEB. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Resolução CNE/CEB nº 1. Brasília, 3 de abril de 2002.

ROCHA, Maria Isabel Antunes, HAJE, Salomão Murref. (Org.). **Escola de Direito:** reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte - MG: Autêntica, 2010. (Caminhos da Educação do Campo, v.2).

SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. **Nas veredas por reconhecimento social:** o papel da educação na desconstrução da inferioridade dos sujeitos do campo. 2012. f. 264. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2012.